

Currículo e autonomia

Uma breve abordagem

Antes de mais, agradeço a simpatia da divulgação do encontro sobre esta temática e regozijo-me pelo facto de a nossa Casa da Democracia, através da Comissão de Educação e Ciência, proporcionar um debate sobre esta problemática, para mim essencial num contexto democrático pluralista como é aquele que assumimos como válido para a sociedade portuguesa há já quatro décadas.

Este sistema político tem a difícil tarefa de construir os equilíbrios indispensáveis entre as duas “irmãs” que garantem a existência da democracia pluralista: a Liberdade e a Igualdade.

Se é verdade que todos os cidadãos são (têm de ser) iguais perante a lei e as decisões da democracia – Igualdade, também é verdade que se absolutizarmos esta corremos o risco de matar a outra irmã, a Liberdade. Por outro lado, se absolutizarmos esta, corremos o risco de aniquilar a igualdade com todas as consequências que daí podem surgir.

Nestas condições, ao sistema político democrático que se assume como pluralista cabe a difícil mas empolgante tarefa de conciliar estas duas irmãs na vida social, aos mais diversos níveis e, no domínio concreto da educação, no mundo tal como ele hoje é e com os dinamismos que tem, esse desafio é absolutamente crucial.

Tendo como base da governação a procura do bem comum, que é (tem de ser) também o seu fim último, cabe aos legisladores e aos decisores políticos garantir o acesso à educação e formação de todos os cidadãos em condições de igualdade e, ao mesmo tempo, assegurar a liberdade de construção de um trajeto educativo que responda aos interesses e anseios, quer dos cidadãos, considerados não como meros números, mas como pessoas, quer das diferentes estruturas e organizações da sociedade, isto é, as decisões de organização e gestão da educação e da formação têm de ser capazes de integrar diferentes níveis de aproximação ao problema de modo a conciliar as dimensões pragmáticas e utilitárias do processo de educação e formação e a dimensão de construção pessoal que é feita pelo próprio ato de educar, ato este que não se faz no vazio, mas na e pela aquisição e integração dos saberes num contexto relacional significativa.

Posto deste modo o contexto, importa refletir um pouco sobre o currículo e a autonomia numa sociedade concreta, que é a nossa, e no sistema educativo português.

Assumimos que compete ao Estado garantir as condições de igualdade de acesso de todos os cidadãos à educação e formação. Assumimos também que, como bom gestor dos recursos que são de todos os cidadãos, deve procurar a racionalidade e o bom uso dos mesmos. Assumimos ainda que o currículo, pelo menos em matérias estruturantes e nucleares deva ter uma configuração com carácter nacional, até porque se estamos a falar de ensino obrigatório o currículo deve conter os conteúdos considerados necessários para o todo nacional. Contudo, a irmã Igualdade deve ficar por aqui e abrir espaço a vias de formação e áreas do currículo que permitam o exercício da liberdade, tanto do lado dos alunos e respetivas famílias como das instituições que se dedicam à educação. E esta liberdade é tanto mais indispensável quanto mais a formação pretender desenvolver aptidões vocacionais ou profissionais. Neste domínio, os

diferentes atores que interagem no campo educativo devem ter espaço e oportunidade para fazer uma gestão do currículo com autonomia, ainda que balizada por referenciais que permitam garantir a outra dimensão indispensável do processo educativo e formativo: a qualidade. Porque à sociedade e a todos os decisores que intervêm na educação deve ser inconcebível pensar a educação e a formação sem este referencial – qualidade. Porque se este referencial não estiver sempre presente, pura e simplesmente não há educação nem formação digna desse nome.

No nosso país ainda falta efetuar a revolução copernicana no domínio educativo. Desde há muito tempo que o currículo é pensado e gerido centralizada e autoritariamente, como se todos os intervenientes no processo educativo e formativo só pudessem ser executores de algo que foi pensado por outrem, estranho muitas vezes à própria realidade que se vive nos contextos locais. Aqui e além, surgem algumas exceções, mas que não passam disso mesmo – exceções. Acreditamos mesmo que, para alguns defensores do centralismo educativo, e passe o exagero, o ideal ainda seria todos os estudantes, à boa maneira napoleónica, fazerem todos a mesma coisa no mesmo momento do dia!

Mas a realidade é outra coisa: As escolas, pelo menos as que conheço, são hoje, elas próprias, um mundo plural e diversificado – acolhem alunos de diferentes nacionalidades, de diferentes contextos socioeconómicos e culturais e de diferentes contextos familiares e sem família – pelo menos aquelas escolas que acolhem alunos que estão institucionalizados – realidade que conheço muito bem.

Perante a realidade e porque é imperioso garantir a todos, em igualdade de condições, o acesso à educação e à formação, é indispensável introduzir a dimensão da liberdade e concretizá-la na organização e na gestão do currículo, criando respostas que permitam ganhar para a educação e formação todo o tipo de histórias vivas que vivem na escola.

Esta dimensão exige que o currículo tenha, como não pode deixar de ser, uma dimensão comum e nacional, mas áreas que possam ser construídas com as necessárias especificidades que respondam ao desiderato de reduzir para níveis insignificantes o abandono precoce da escola e da formação e, ao mesmo tempo, possibilitar as condições para que todos os educandos possam encontrar pistas para a construção de um projeto de vida que inclua o compromisso social, profissional e a vivência o mais plena possível da cidadania.

Portugal só lá chegará quando, efetivamente, for capaz de introduzir a dimensão da autonomia nas instituições escolares, quando for capaz de criar as condições para que todas sejam protagonistas no processo educativo e não meros executores de decisões pensadas algures por entidades sem rosto.

Quando isto acontecer, generalizar-se-ão as propostas de currículos com planos próprios, hoje uma exceção reduzidíssima no todo nacional, e as escolas poderão entrosar-se definitivamente com os outros atores da vida local – instituições, empresas, autarquias, etc. Quando isso acontecer, poderemos dialogar com os nossos parceiros para perceber que aspetos devemos privilegiar no desenvolvimento das competências mais pragmáticas e utilitárias da educação – o

perfil mais profissionalizante – no desenvolvimento pessoal e social dos alunos – a dimensão ética e deontológica – e as dimensões humanística, científica e técnica.

Autonomia e Responsabilidade – duas outras vertentes – responsabilidade perante os alunos e suas famílias, ou quem as suas vezes faça, e responsabilidade perante a sociedade – porque a qualidade é o vetor global, como acima afirmámos. Mas só se pode exigir responsabilidade a quem pode decidir, a quem tem liberdade para decidir, a quem é autónomo – autónomo é aquele que é capaz de construir as normas que o regem. Só esse, verdadeiramente pode ser responsável.

Mas isto pode ser – e é – desconfortável para quem pensa a organização e gestão do currículo a partir de uma perspectiva centralista, que ainda prevalece no nosso país e que, passada a fase de massificação da educação, tem de dar lugar a uma gestão flexível do sistema onde deverão caber diversos atores, e não apenas ou sobretudo o Estado, que respondam às exigências nacionais do currículo, mas também às especificidades locais. E isto é particularmente decisivo na formação de carácter profissionalizante.

Propomos, por isso, aos legisladores e aos decisores políticos que arrisquem a acompanhar a História e a desenhar o futuro, até onde ele possa ser desenhado. Que se acarinhem aqueles que arriscam a inovação em matéria curricular e pedagógica e que se assumam, de uma vez por todas, a liberdade harmonizada com a igualdade na educação e formação.

Propomos que os currículos profissionalizantes de ensino secundário sejam de banda larga e não de banda tão estreita como a que existe hoje na estrutura curricular de alguns cursos profissionais. Está em causa a indispensável flexibilidade e adaptabilidade que devem possuir os novos profissionais num mundo em mudança permanente e a oferecer-nos, em cada dia o inesperado da inovação ao nível das condições e tecnologias de trabalho nas mais variadas vertentes.

Propomos que a autonomia das escolas abranja o desenho do currículo, com os limites que acima referi, para que ganhe para a educação e formação o maior número de adolescentes e jovens – assegurando sempre a qualidade da formação cultural e científica que permita o acesso a níveis mais elevados de formação.

Propomos que a rede escolar se abra, progressivamente, a mais atores, para além do Estado e das instituições que já existem hoje, que a todos sejam proporcionadas as necessárias condições de funcionamento e que todos sejam auditados em matéria de qualidade – condição da sua continuidade no sistema.

Virgílio Mota